

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE****PUBLIC HEALTH POLICIES FOR LGBT POPULATION: A LOOK AT HEALTH ACTIONS THROUGH MULTIDISCIPLINARITY**

João Paulo Alves Macedo¹, Cintia Santos Moreira Morais¹, Luana Lima Galeano¹, Gisele Santana Santos², Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva³

e2154

<https://doi.org/10.53612/recisatec.v2i1.54>**RESUMO**

O direito à saúde é considerado universal, resultante de uma grande mobilização política da sociedade. Historicamente a população LGBT sofre preconceitos e têm seus direitos fundamentais violados. Devido a esse fator, o acesso dessa população aos serviços de saúde se torna fraco e sensível, contribuindo para uma piora no estado de saúde do indivíduo. Este estudo se justifica no entendimento de que é necessário que haja o desenvolvimento de ações e estratégias de saúde que possam promover a integralidade, a equidade e a universalidade da atenção à saúde da pessoa LGBT. O objetivo geral desse estudo é descrever as ações e estratégias de saúde para o atendimento específico das pessoas LGBT, com foco na multidisciplinaridade. Trata-se de uma pesquisa descritiva, transversal com abordagem qualitativa, que foi realizada com graduandos dos cursos da área da saúde de uma instituição de ensino superior (IES) situada em um município da grande São Paulo. Embora tenha sido perceptível que a ausência da abordagem dessa temática nos cursos de enfermagem, nutrição, fisioterapia e psicologia, os graduandos descreveram ações e estratégias para a atenção à saúde da população LGBT, levando em consideração os preceitos dos direitos humanos, a integralidade, equidade e universalidade, no campo de suas áreas de conhecimento e da multidisciplinaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa LGBT. Políticas Públicas de Saúde. Vulnerabilidade em Saúde. Equipe Multiprofissional. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The right to health is considered universal, resulting from a great political mobilization of society. Historically, the LGBT population suffers prejudice and has its fundamental rights violated. Due to this factor, the access of this population to health services becomes weak and sensitive, contributing to a worsening of the individual's health status. This study is justified by the understanding that it is necessary to develop health actions and strategies that can promote comprehensiveness, equity and universal health care for LGBT people. The general objective of this study is to describe health actions and strategies for the specific care of LGBT people, with a focus on multidisciplinarity. This is a descriptive, cross-sectional study with a qualitative approach, which was carried out with undergraduates from courses in the health area of a higher education institution (HEI) located in a city in the greater São Paulo area. Although it was noticeable that the absence of addressing this issue in nursing, nutrition, physiotherapy and psychology courses, undergraduates described actions and strategies for the health care of the LGBT population, taking into account the precepts of human rights, comprehensiveness, equity and universality, in the field of their areas of knowledge and multidisciplinarity.

KEYWORDS: LGBT Person. Public Health Policy. Health Vulnerability. Multiprofessional Team. Human rights

¹ Graduandos do Curso de Enfermagem da Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, São Paulo.

² Mestra em Ciências e Tecnologia da Saúde pela Universidade de Mogi das Cruzes; Pós-Graduada em Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; Enfermeira formada pela Universidade de Guarulhos – UNG;

³ Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade de Mogi das Cruzes; Mestra em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes, Pós Graduada em Administração Hospitalar pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, Enfermeira formada pela Universidade de Mogi das Cruzes.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

INTRODUÇÃO

O direito à saúde é considerado universal, resultante de uma grande mobilização política da sociedade. A saúde, como direito de todos e dever do Estado, é, no entanto, um ideal. A realidade é que muitos países são atravessados por quadros de exclusão e violação dos direitos humanos fundamentais, especialmente para grupos sociais minoritários, como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) (SILVA et al., 2017).

De acordo com Souza (2015, p. 2),

Historicamente, Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) tem sido alvo das mais diferentes formas de preconceito e violação dos seus direitos fundamentais. Realidade essa, fundamentada no preconceito atrelado à orientação sexual, que tem levado o segmento LGBT a tornar-se refém da expressão massiva da questão social e que se apresenta das mais diferentes formas: violência física, sexual, psicológica, negação do acesso à educação, a saúde, entre outras; Expressões e que tem se configurado como bandeira de luta dos movimentos sociais militantes na vertente dos direitos humanos.

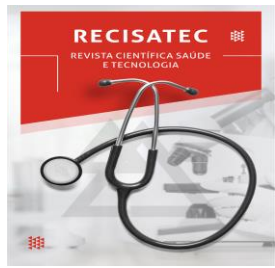
Os estudos revelam que as pessoas LGBT são mais suscetíveis aos problemas de saúde, tais como o abuso de álcool, tabaco e drogas ilícitas, sexo desprotegido, distúrbios mentais, bem como comportamento violento. Embora este seja um cenário multifatorial, pode ser ainda mais complicado por causa do fraco acesso a cuidados de saúde e às práticas discriminatórias dos profissionais envolvidos decorrentes da homofobia. O fato é que experiências de discriminação e preconceito contra minorias sexuais podem contribuir diretamente para um pior estado de saúde (PARENTE et al., 2015).

A estigmatização social imposta às minorias sexuais tem incentivado o recente aumento de estudos científicos sobre a homossexualidade e sua relação com o processo de saúde e doença. Questões como a vulnerabilidade às DSTs como HIV / AIDS, condições de saúde, práticas preventivas e acesso a estratégias de atenção à saúde foram incluídas na longa lista de temas e objetos de pesquisa no campo dos estudos de gênero, saúde e sexualidade (BITTENCOURT; FONSECA; SEGUNDO, 2015).

No Brasil, devido ao seu caráter conservador, machista e heteronormativo, o padrão social é aquele em que o sexo biológico do indivíduo corresponde ao seu gênero binário (feminino ou masculino) e o mesmo deve se relacionar com indivíduos do gênero/sexo oposto, configurando uma relação heterossexual. Os indivíduos que possuem identidade de gênero e/ou orientação sexual distinta do padrão são alvo de preconceitos, violência e discriminação, que somados aos aspectos étnicos e econômicos conformam um contexto de vulnerabilidades em que se encontram estes grupos (PRADO; SOUZA, 2017, p. 4).

A pessoa LGBT vivencia dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde, além do medo de suposições sobre sua orientação sexual, e de situações embaraçosas ao expressar sua homossexualidade / bissexualidade e transexualidade, devido à homofobia presente na conduta dos profissionais.

Torna-se necessário, portanto, garantir que, além da oferta de serviços de saúde qualificados e equipados, existam profissionais capacitados e despojados de atitudes discriminatórias nessa área. Estes devem ser capazes de analisar o estado de saúde de seus clientes, levando em consideração o contexto



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

de saúde, social e cultural em que estão inseridos. Para tanto, a realização de novas pesquisas sobre o tema poderá propiciar uma discussão mais ampla e gerar mudanças favoráveis na atenção à saúde do público LGBT (SILVA et al., 2018).

A presente pesquisa se justificou no entendimento de que é necessário que haja o desenvolvimento de ações e estratégias de saúde que possam promover a integralidade, a equidade e a universalidade da atenção à saúde da pessoa LGBT. Partindo deste pressuposto, se faz necessário integrar a abordagem multidisciplinar e, desta forma, teve-se a intenção de fomentar a discussão da temática no campo acadêmico, onde os graduandos dos cursos da área da saúde estão desenvolvendo suas competências e habilidades para futuramente, em suas áreas de formação, trabalhar com as questões dos direitos sociais, sendo a saúde uma parte integrante desses direitos.

A partir deste contexto, o estudo apresenta as hipóteses de que os graduandos dos cursos da área da saúde pouco conhecem as condições sensíveis ao acesso ao atendimento da pessoa LGBT na Rede de Atenção à Saúde (RAS), bem como, as necessidades de atendimento e as políticas públicas e/ou programas de atenção à saúde desenhada para esta população. As condições sensíveis ao acesso ao atendimento desta população nos serviços de saúde implicam na redução do atendimento, contribuindo para o desvio dessa clientela, tendo em vista o cuidado corporal próprio e diminuindo a chance de desenvolver um trabalho educativo e preventivo em saúde, em razão da sua vulnerabilidade.

As questões norteadoras são: Quais são as políticas públicas de saúde para atendimento da pessoa LGBT?; Qual é o perfil epidemiológico desta população?; Quais são as ações e estratégias de saúde, com foco na multidisciplinaridade, que podem promover a integralidade, a equidade e a universalidade da assistência à pessoa LGBT.

Em despeito à relevância, o presente estudo se faz em razão de ser imprescindível saber o que toca, o que aflige e o que afeta a saúde da população LGBT. Além das informações biomédicas e epidemiológicas sobre prevalência, risco e vulnerabilidade das doenças, torna-se importante conhecer a formulação de políticas públicas de saúde direcionadas ao grupo, implicações das questões de gênero, estruturação dos serviços de saúde e atuação dos profissionais, os fatores que interferem diretamente no acesso e que garantem o direito à saúde desta população.

Acredita-se que, a partir do momento em que as hipóteses forem testadas e as questões norteadoras respondidas, seja possível subsidiar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com foco na abordagem multidisciplinar para atendimento dessa população de acordo a área de formação dos graduandos. A população LGBT também poderá ser beneficiada, por meio das ações e estratégias de saúde que serão apresentadas a partir das discussões dos grupos na abordagem multidisciplinar, o que poderá direcioná-la nos seus direitos sociais frente a atenção à saúde. E no campo da ciência, todas as áreas de saberes dos participantes desta pesquisa poderão ser beneficiadas com a descoberta das ações e estratégias que podem subsidiar a forma de um olhar diferente para a singularidade da pessoa LGBT frente as suas necessidades de atendimento à saúde.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Neste contexto, o objetivo geral do presente estudo é descrever as ações e estratégias de saúde para o atendimento específico das pessoas LGBT, com foco na multidisciplinaridade, a partir da percepção dos graduandos dos cursos da área da saúde e sob a luz das Políticas Públicas de Saúde e, os objetivos específicos são: identificar o perfil epidemiológico da população LGBT em atendimento na Rede de Atenção à Saúde (RAS); identificar o conhecimento dos graduandos dos cursos da área da saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) sobre as políticas públicas de saúde para atendimento da pessoa LGBT e, descrever as Políticas Públicas de Saúde para a atenção à pessoa LGBT.

REFERENCIAL TEÓRICO

Políticas Públicas

Há poucas décadas não havia discussões acerca das políticas públicas. Essa área do conhecimento é recente e surgiu, primeiramente, nos Estados Unidos, no campo da ciência política ou “Policy Science”, expressando-se por meio da ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

A expressão introduzida por Laswell como análise de políticas públicas, traduzida do inglês *policy analysis*, na década dos anos 30, fora uma maneira de unir saberes científicos e acadêmicos com a construção experienciada dos governos e também como forma de criar uma comunicação dos cientistas sociais com os grupos de interesse e o governo (CAUMOS, 2018).

De forma geral, as políticas públicas podem ser entendidas como um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (SOUZA, 2006). Assim, são envolvidas por um conjunto de planos e ações que focalizadas na sociedade e no interesse público.

Não obstante a isso, a definição de política pública, evidenciando a própria expressão “público” em conjunto com a expressão “política” estende-se à coisa pública, da tradução do latim *res publica* (coisa), pública (todos), isto é, de todos para todos (CAUMOS, 2018). Neste sentido, Pereira (2009) ressalta que a política pública age para suprimir demandas e necessidades sociais, elencadas pelos direitos da população, bem como o suporte das comunidades de interesses. Sendo, por conseguinte, primordiais para atender os diversos anseios e múltiplos setores da sociedade a partir da atuação do Estado.

No contexto do Brasil, Martins e Preuss (2017) explicam que, “as políticas públicas possuem um caráter fundamental e tiveram uma implementação ainda maior após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a garantia de direitos fundamentais”.

Nas palavras de Bucci (2006) tem-se que “o fundamento mediato das políticas públicas, o que justifica o seu aparecimento, é a própria existência dos direitos sociais – aqueles, dentre o rol de direitos fundamentais do homem, que se concretizam por meio de prestações positivas do Estado”.

Neste contexto, Prado e Souza (2017, p. 04) sustentam que:

No campo da saúde coletiva, surgem as políticas de promoção da equidade no SUS, que tem por objetivo diminuir as vulnerabilidades a que certos grupos populacionais estão mais expostos, e que resultam de determinantes sociais da saúde como os níveis de



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

escolaridade e de renda, as condições de habitação, acesso à água e saneamento, à segurança alimentar e nutricional, a participação da política local, os conflitos interculturais e preconceitos com o racismo, as homofobias e o machismo, entre outros.

Desafios e o acesso à saúde da População LGBT

O público LGBT, constituído por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, são continuamente alvo de grande hostilidade no meio social, apresentando-se na forma de preconceito, discriminação social e violência, e resultando em impactos negativos na saúde mental e qualidade de vida desse grupo.

A garantia do direito de saúde constitucionalmente estabelecida é primordial. Assim, quanto aos serviços de saúde para a população LGBT, desprende-se que esses devem estar diretamente norteados para o fornecimento de resposta à violência homofóbica existente no Brasil, como também para o amparo e acolhimento dos anseios desse grupo (PARENTE et al., 2015).

Os autores Bittencourt, Fonseca e Segundo (2015) sustentam que há inúmeras questões advindas da dificuldade de acolhimento da população LGBT nos serviços de saúde. Para eles, são fatores que dificultam o acesso da população aos serviços de saúde, a estigmatização sofrida (muitas vezes percebida apenas a partir da ótica da vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, em especial, à Aids), elementos de homofobia, transfobia e lesbofobia e desinformação quanto a especificidades e direitos desta população.

Observam-se que os efeitos da discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde ao desencadear processos de sofrimento, adoecimento e morte prematura. Não obstante, a prática de saúde de acordo com conceitos heteronormativos acarreta o agravo sobre a qualidade dos cuidados prestados as minorias sexuais, contribuindo para um maior distanciamento dessa população com a saúde primária (PRADO; SOUZA, 2017; SILVA et al., 2019).

Apesar dos muitos avanços ocorridos com a implementação de políticas públicas da saúde, nota-se que desafios para a efetivação das mesmas ainda precisam ser superados. Com isso, Brasil (2013) diz que as conquistas obtidas para reconhecer a população LGBT em todos os seus direitos, deu-se substancialmente graças às reivindicações lideradas pelo movimento LGBT.

Em relação a isso, foi somente no final da década de 70 que surgiram os primeiros movimentos sociais em defesa de grupos específicos e da liberdade sexual, donde cidadãos homossexuais buscavam usufruir de direitos igualitários, principalmente na saúde. Por outro lado, o apoio do governo só foi concedido, nos anos 80, quando a doença do HIV/AIDS já se alastrava, na época, fortemente associada às práticas sexuais de gays e travestis (BRASIL, 2013).

Segundo Brasil (2013), inicialmente o movimento era constituído majoritariamente por homens, sendo gradualmente incorporando grupos com outras identidades sexuais e de gênero, particularmente as lésbicas e travestis.

As demandas reivindicadas pelo movimento diziam respeito aos direitos civis, políticos, sociais e humanos, exigindo-se para a sua consolidação a atuação articulada e coordenada de todas as esferas do



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Governo, cujo qual posteriormente influenciou as Recomendações da 13ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2013). Corroborando, Pereira et al. (2016, p. 118) suscitam que o “movimento LGBT atuou enfaticamente na conquista de marcos legais como a do matrimônio igualitário, leis antidiscriminação e de identidade de gênero”.

Também de acordo com Pereira et al. (2015) essas lutas perduraram por décadas, com tímidos progressos e com índices de violências cada vez maiores em razão da orientação sexual e da identidade de gênero, perfazendo-se uma realidade perversa e grave que, até hoje se faz presente, levando muitos indivíduos a torturas e morte.

Foi a partir de 2001, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, que o movimento ativista LGBT se expandiu, formulando grandes reivindicações de políticas públicas com o objetivo de promover à sua cidadania e os direitos humanos. Assim, por intermédio desses movimentos sociais, travou-se a luta para o reconhecimento e efetivação dos direitos civis concernentes ao grupo, inclusive o direito à atenção integral à saúde, garantido constitucionalmente, porém quando levado à prática ainda negligenciado (PRADO; SOUZA, 2017).

Os desafios do processo de humanização na atenção em saúde se juntam ao combate à homofobia, nos serviços de saúde. Dessa forma, as transformações necessárias para melhorar o atendimento da população LGBT dependem também das atitudes e ideias dos profissionais de saúde (BRASIL, 2013).

O primeiro desafio da população LGBT no sistema de saúde é o acesso a ele, seguido pela incerteza de um acolhimento humanizado e um atendimento livre de qualquer discriminação pela orientação sexual ou identidade de gênero que pode ser ainda atrelada a outros fatores como idade, cor, classe social dentre outros. Outro grande fator determinante numa atenção integral e promotora de equidade consiste ainda nos encaminhamentos específicos desse público quando a unidade de saúde não fornece os serviços necessários para resolutividade dos problemas (BRASIL, 2013, p. 28-29).

Sendo que, a minoração dos desafios requer que proponham estratégias de promoção da equidade, através de acolhimento e atenção específicos, de acordo com as particularidades dos sujeitos que buscam os serviços de saúde. Implicando, por sua vez, na compreensão de que a orientação sexual e a identidade de gênero são determinantes, ora articulados também a outros condicionantes, tais como classe social, idade, cor e etnia (BRASIL, 2013; PEREIRA, 2016).

MÉTODO

Trata-se de pesquisa de natureza descritiva, transversal e com abordagem qualitativa que foi realizada com graduandos dos cursos da área da saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) situada no Município de Mogi das Cruzes, Estado São Paulo. Os cursos de graduação da área da saúde selecionados para esta pesquisa foram: enfermagem, nutrição, psicologia, fisioterapia, educação física, medicina, odontologia e farmácia. Segundo Gil (2017) a pesquisa descritiva tem por finalidade descrever características em torno de um determinado grupo social. Tendo como objetivo levantar indagações, de um determinado grupo proporcionando uma nova visão do problema.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Para Guerra (2014, p. 11) a abordagem qualitativa tem como propósito aprofundar o conhecimento acerca “dos fenômenos que estuda ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica”. O autor ainda ressalta que os elementos principais que fundamentam a abordagem qualitativa são: “1) a interação entre o objeto de estudo e pesquisador; 2) o registro de dados ou informações coletadas; 3) a interpretação/ explicação do pesquisador.

A amostra inicial seria constituída por 10 graduandos de cada um dos cursos supracitados, no entanto, em razão do isolamento provocado pela pandemia do novo coronavírus, não foi possível realizar a abordagem com os alunos dos cursos de graduação em educação física, medicina, odontologia e farmácia em detrimento aos prazos estabelecidos pelo cronograma, visto que o acesso à essa população foi impactada pela condição das aulas remotas por serem turmas de pouco contato com os pesquisadores, desta forma, a amostra foi constituída por 33 graduandos dos demais cursos da área da saúde, sendo eles: enfermagem, nutrição, fisioterapia e psicologia.

Foram critérios de inclusão: ser graduando dos cursos da área da saúde, estando devidamente matriculado na IES, cenário desta pesquisa, estar cursando a partir do 5º semestre, aceitar participar do estudo, tendo caracterizado seu aceite por meio de sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, como critérios de exclusão os graduandos que não preenchessem o questionário em sua totalidade.

Foram utilizados como materiais o TCLE, dando ao graduando participante do estudo os respaldos éticos e legais, conforme descrito na Resolução CNS 466/2012 e o instrumento denominado “Questionário” que foi utilizado para a coleta de dados, composto por questões abertas e de múltipla escolha. As questões foram agrupadas em duas partes: 1ª parte – elaborada com 5 (cinco) questões para levantamento dos dados sociodemográficos dos sujeitos (idade, sexo, estado civil, curso e semestre cursado) e, a 2ª parte - formulada com 8 (oito) questões específicas para identificação do conhecimento do graduando no contexto das políticas públicas, ações e estratégias para melhoria do atendimento e a abordagem multidisciplinar no atendimento de pessoas LGBT.

Para atendimento dos princípios éticos e legais, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Mogi das Cruzes para apreciação e aprovado por meio do Parecer Consubstanciado do CEP nº 3.824.351, no entanto, em razão do isolamento causado pela pandemia do novo coronavírus, houve necessidade de resubmissão do projeto para adequar a forma de coleta de dados não somente presencial, mas também, de forma remota. Desta forma conforme determina a Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012, o projeto de pesquisa foi aprovado (2ª versão) de acordo com o Parecer Consubstanciado do CEP nº 4.118.401. Foram também utilizados os Termos de Autorização da Instituição Coparticipante (TAI), onde os Coordenadores dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia, assinaram a autorização para a realização do estudo com os graduandos dos respectivos cursos.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Os graduandos participantes deste estudo foram informados que sua participação seria voluntária, não havendo ônus ou bônus por esta participação, sendo garantido o anonimato, a privacidade e o sigilo dos dados coletados, bem como a não obrigatoriedade de participar, tendo a autonomia de desistir em qualquer etapa do estudo, cancelando o seu consentimento, e caso houvesse desistência, não haveria nenhum prejuízo na relação com os pesquisadores.

No campo dos benefícios, a participação dos graduandos dos cursos da área da saúde poderá subsidiar, ainda no processo da formação acadêmica, a vivência de uma abordagem multidisciplinar no contexto da atenção à saúde, além de obter as informações epidemiológicas sobre prevalência, risco e vulnerabilidade das doenças e o desenho das estratégias, por áreas de conhecimento (cursos), para atendimento da população LGBT.

Quanto aos riscos, os graduandos participantes deste estudo não foram expostos a riscos físicos, tendo sido previsto somente o desconforto por responder a um questionário com a temática “LGBT”, porém, os pesquisadores não identificaram nenhum desconforto ou qualquer outro tipo de risco, não sendo necessária nenhuma intervenção.

Para a realização da coleta de dados os pesquisadores entraram em contato com os graduandos dos cursos de enfermagem, nutrição, psicologia e fisioterapia, em salas de aula, informando sobre os objetivos da pesquisa e aos interessados em querer participar, foi realizado um agendamento para que não houvesse interrupção das aulas e/ou atividades acadêmicas. A partir do agendamento (data, hora e local), os pesquisadores apresentaram aos graduandos participantes o TCLE, e mediante o aceite, por meio do seu preenchimento, lhes foi entregue o questionário para o devido preenchimento.

A coleta de dados foi realizada no período entre setembro de 2019 a março de 2020, e os dados coletados foram tratados, primeiramente pela codificação dos participantes da pesquisa, por meio da abreviatura das palavra graduando e do curso de graduação, seguido por um número sequencial, desta forma, os graduandos do curso de enfermagem foram codificados como “Grad Enf1, Grad Enf2, ...), os graduandos do curso de nutrição como “Grad Nut1, Grad Nut2,...), os graduandos do curso de Psicologia (Grad Psi1, Grad Psi2, ...) e os graduandos do curso de fisioterapia (Grad Fis1, Grad Fis2, ...).

Após a codificação dos participantes, os dados foram agrupados, categorizados e analisados por meio da Análise de Conteúdo a partir da técnica da Análise Temática. A Análise de Conteúdo, segundo Minayo (2000, p. 203) relaciona estruturas semânticas com estruturas sociológicas, articula a descrição e análise dos textos com os fatores que determinam suas características, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

Seguindo as etapas da técnica de Análise Temática, de acordo com Minayo (2000, p. 209-210), os pesquisadores fizeram uma retomada das hipóteses e objetivos comparando-os com o material coletado; realizando uma leitura exaustiva do material, a organização e constituição do corpus. Foram determinadas para análise do material as unidades de registro e de contexto, que foram analisadas por frequência absoluta, obtendo-se as inferências e interpretações dos resultados obtidos.

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE

POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
 Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Os resultados foram analisados por meio das categorias temáticas: 1- Políticas Públicas de Saúde para Atendimento da Pessoa LGBT; 2- Perfil Epidemiológico do Atendimento da Pessoa LGBT na Rede de Atenção à Saúde (RAS); 3- Atuação da Equipe Multidisciplinar e, 4- Ações e Estratégias de Saúde para Melhoria do Atendimento da Pessoa LGBT.

Participaram deste estudo 33 graduandos dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Fisioterapia, e de acordo com os dados sociodemográficos mais relevantes (Tabela 1), em todos os cursos há uma predominância dos graduandos com até 25 anos de idade (Enfermagem - 85,7%; Psicologia - 88,9%; Nutrição - 90% e Fisioterapia - 100%), do sexo feminino (Enfermagem – 71,4%; Psicologia – 88,9%; Nutrição e Fisioterapia - 100% respectivamente) e solteiros (Enfermagem – 85,7%; Nutrição – 90% e Psicologia e Fisioterapia – 100% respectivamente).

Tabela 1 – Dados sociodemográficos dos graduandos dos cursos de enfermagem, psicologia, nutrição e fisioterapia da IES situada no Município de Mogi das Cruzes, 2020.

VARIÁVEIS	Enfermagem		Psicologia		Nutrição		Fisioterapia		Total Geral		
	Freq. (n)	Perc. (%)	Freq. (n)	Perc. (%)	Freq. (n)	Perc. (%)	Freq. (n)	Perc. (%)	Freq. (n)	Perc. (%)	
Idade	Até 25 anos	6	85,7	8	88,9	9	90,0	7	100,0	30	90,9
	26 a 35 anos	1	14,3	1	11,1	0	0,0	0	0,0	2	6,1
	36 a 45 anos	0	0,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0	1	3,0
	Total	7	100,0	9	100,0	10	100,0	7	100,0	33	100,0
Sexo	Feminino	5	71,4	8	88,9	10	100,0	7	100,0	30	90,9
	Masculino	2	28,6	1	11,1	0	0,0	0	0,0	3	9,1
	Total	7	100,0	9	100,0	10	100,0	7	100,0	33	100,0
Estado Civil	Solteiro (a)	6	85,7	9	100,0	9	90,0	7	100,0	31	93,9
	Casado (a)	0	0,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0	1	3,0
	Outros	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,0
	Total	7	100,0	9	100,0	10	100,0	7	100,0	33	100,0
Semestre em curso	5º Sem	0	0,0	0	0,0	10	100,0	7	100,0	17	51,5
	6º Sem	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,0
	7º Sem	2	28,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	6,1
	8º Sem	3	42,9	9	100,0	0	0,0	0	0,0	12	36,4
	Outros	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,0
	Total	7	100,0	9	100,0	10	100,0	7	100,0	33	100,0

Fonte: Elaborado de acordo com os dados da pesquisa.

Em relação ao semestre em curso, 3 graduandos do curso de Enfermagem, no momento da coleta de dados, estavam cursando o 8º semestre (42,9%), 2 cursando o 7º semestre (28,6%), 1 cursando o 5º semestre e 1 fazendo disciplina de Dependência (DP), já havia concluído os semestres do curso, ambos com representatividade de 14,3% da amostra. Todos os graduandos do Curso de Nutrição e do Curso de



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Fisioterapia estavam cursando o 5º semestre e os graduandos do Curso de Psicologia estavam no 8º semestre, conforme apresentado na Tabela 1.

A seguir apresentamos os resultados frente a análise das quatro categorias temáticas:

Políticas Públicas de Saúde para Atendimento da Pessoa LGBT

Para a análise dessa categoria temática foi questionado aos graduandos dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Fisioterapia se conheciam as políticas públicas de saúde e/ou programas de saúde voltados para o atendimento da pessoa LGBT e, de acordo com os resultados, 6 graduandos do curso de Enfermagem, 8 do curso de Psicologia, e todos os graduandos dos cursos de Nutrição (10) e Fisioterapia (7) responderam que não conheciam as políticas ou programas de saúde. Também foram questionados quais seriam estas políticas de saúde, dentre os que responderam que conhecem, 01 graduando do curso de Enfermagem respondeu que estas políticas estão relacionadas com o nome social, 01 graduando do curso de Psicologia respondeu que as políticas públicas de saúde estão relacionadas à prevenção de DST, nome social, inclusão de identidade, gênero e orientação sexual e outro graduando do curso de Psicologia respondeu que está associado à readequação do sexo e nome social, conforme apresentado nos discursos abaixo:

“Nome social (se a pessoa preferir invés do de nascimento)” (Grad Enf4)

“Prevenção de DST, inclusão de identidade de gênero e orientação sexual” (Grad Psi1)

“Nome social, readequação de sexo” (Grad Psi3)

Os graduandos também foram questionados se no curso de graduação as políticas públicas e/ou programas de saúde voltados à pessoa LGBT foram apresentadas e discutidas, 4 graduandos do curso de Enfermagem e 2 graduandos do curso de Psicologia responderam que as políticas de saúde foram discutidas parcialmente em algumas disciplinas, conforme relatos descritos abaixo:

“Lembro de uma vez ter ouvido que o paciente tem o direito de ser identificado como queira” (Grad Enf2)

“Foram apresentados apenas dados e falado sobre a conduta do profissional” (Grad Enf3)

“Não é muito discutido, o que é mais comentado é que não deve haver discriminação e o direito de usar o nome social” (Grad Enf4)

“Foram realizadas palestras sobre diferentes gêneros, e estudo de caso sobre educação sexual” (Grad Psi1)

Sobre o desenvolvimento do conhecimento dos graduandos, no contexto do processo de ensino-aprendizagem, foi indagado aos graduandos se eles já estavam realizando as práticas de estágio, de acordo com cada área, 4 graduandos do curso de Enfermagem, os 10 graduandos do curso de Nutrição e os 7 graduandos do curso de Fisioterapia responderam que ainda não estavam realizando as práticas de estágio. Este fato se deu em razão dos semestres em que estes graduandos estavam cursando no período da coleta de dados, pois, de acordo com as grades curriculares destes cursos, esta atividade está prevista para os dois últimos semestres dos cursos. Neste mesmo contexto, ainda foi questionado aos



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

graduandos se, durante as práticas assistenciais, realizadas de acordo com cada curso, se fez algum atendimento à pessoa LGBT, e estes mesmos graduandos responderam que não, pois, ainda não estavam desenvolvendo as práticas em campo de estágio.

Embora, os resultados mais expressivos tenham demonstrado que a maioria dos graduandos ainda não haviam desenvolvido práticas em campo de estágio, 2 graduandos do curso de Enfermagem e 9 graduandos do curso de Psicologia estavam realizando estágios, dentre esses, 1 graduando de Enfermagem e 2 graduandos de Psicologia tiveram a oportunidade de realizar atendimento com pessoa LGBT e manifestaram suas ações e percepções diante este atendimento:

“No serviço, pois, na época era Auxiliar de Enfermagem, tratei normalmente, não tive problema, pelo contrário a pessoa agradeceu o atendimento” (Grad Enf4)

“Foram dois casos em que ambos envolveu a questão do nome social, em um deles a adolescente se mostrou muito aflita, caso a chamassem pelo nome de registro ao invés do nome social, a educadora me comunicou e eu fui até a pessoa que iria chamar os participantes para comunica-la a respeito do nome que deveria ser dito (social). Eu percebi o quanto as pessoas LGBT’s sofrem desde situações ‘simples’ a serem resolvidas, como nesse caso, até questões extremamente delicadas sempre relacionadas ao preconceito enraizado na sociedade e o medo de serem expostas à situações constrangedoras” (Grad Psi5)

“Acolhimento e escuta sobre o caso, entendimento de como a pessoa se vê no âmbito familiar, conversa sobre troca de nome, confirmação/mediação entre a família” (Grad Psi9)

Perfil Epidemiológico do Atendimento da Pessoa LGBT na Rede de Atenção à Saúde (RAS)

Para avaliar o perfil epidemiológico do atendimento da pessoa LGBT realizado na Rede de Atenção à Saúde (RAS), foi questionado aos graduandos, de acordo com a sua percepção quais seriam as principais necessidades de atendimento em suas áreas de atuação e os resultados apontaram que as pessoas LGBT sentem a necessidade de atendimento pautado no respeito, na humanização, igualitário e realizado por profissionais capacitados, conforme demonstrado no Quadro 1.

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE
 João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano, Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Quadro 1 - Necessidades de atendimento das pessoas LGBT na percepção dos graduandos dos cursos da saúde.

Unidades de Registro	Graduandos dos Cursos da Saúde
Atendimento Humanizado	Grad Psi1, Grad Psi4, Grad Psi6, Grad Nut1, Grad Nut3, Grad Nut5, Grad Nut8, Grad Nut10, Grad Fis2, Grad Fis4, Grad Fis5, Grad Fis6, Grad Fis7
Respeito	Grad Enf2, Grad Enf6, Grad Enf7, Grad Nut1, Grad Nut3, Grad Nut5, Grad Fis1, Grad Fis3, Grad Fis7
Profissionais Capacitados	Grad Enf4, Grad Enf5, Grad Enf7, Grad Fis1, Grad Psi3, Grad Psi6, Grad Psi7, Grad Psi9
Atendimento Igualitário	Grad Enf7, Grad Nut6, Grad Fis2, Grad Fis4
Tratamento e Prevenção das DST	Grad Enf3, Grad Enf4
Aceitação	Grad Psi2, Grad Psi3
Atendimento decorrente de violência física	Grad Enf1
Apoio psicológico	Grad Enf3, Grad Psi6, Grad Psi9
Orientações (DST, Direitos, outros)	Grad Enf4
Empatia	Grad Enf6, Grad Nut3, Grad Fis3
Abordagem terapêutica	Grad Enf5
Autoestima	Grad Psi2
Problemas emocionais	Grad Enf7
Relação familiar	Grad Psi8
Vulnerabilidade	Grad Psi9

*Dados formulados com base na aplicação de instrumento de pesquisa.

Atuação da Equipe Multidisciplinar no Atendimento

No contexto do atendimento da pessoa LGBT, foi questionado aos graduandos, sob o seu ponto de vista, se a pessoa LGBT deveria ter atendimento diferenciado pela equipe multidisciplinar, e a maioria dos graduandos (7 da enfermagem, 5 da psicologia, 10 da nutrição e 7 da fisioterapia) responderam que não, alegando que todos devem ser tratados igualmente, fundamentando-se na fisiologia humana e nos princípios como respeito, igualdade de direitos e atenção humanizada, conforme apresentado nos discursos:

“São seres humanos como todos os outros. Não deve existir uma diferença, mas, sim um respeito maior vindo dos profissionais” (Grad Enf1)

“Todos devem e merecem cuidados e atenção humanizada” (Grad Enf2)

“Por que o indivíduo merece respeito à seus valores, tal qual qualquer um” (Grad Enf3)

“São pessoas que só tem diferença na sua opção sexual (isso não é da conta de ninguém) fisiologicamente é igual a todos” (Grad Enf4)

“A fisiologia humana não se altera de acordo com a orientação sexual, porém, acredito que ainda falte humanização durante o atendimento, tal situação que pode ser mudada” (Grad Fis5)

“Em termos fisiológicos não, porém é necessário sempre oferecer tratamento humanizado” (Grad Fis6)



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

“[...] os pacientes devem ser todos tratados iguais e com respeito” (Grad Fis7)

“Não, pois, todos independente da sexualidade, devem ser tratados com respeito, gentileza e educação” (Grad Nut1)

“É um ser humano igual a qualquer outro, apenas pode ser mais específico para cada individualidade pessoal e não sexual” (Grad Nut3)

“Acredito que o atendimento tem que ser oferecido a todos os pacientes de uma forma igualmente respeitosa e profissional” (Grad Nut6)

“[...] deve ser tratado e respeitado como outro ser humano, o que deve ser diferenciado é a atenção do profissional para o contexto em que o cliente se encontra, sua história e o meio social que o permeia” (Grad Psi2)

“O atendimento da equipe deve ser como se estivesse atendendo a qualquer outra pessoa, para que não se sintam inferiorizadas” (Grad Psi6)

“Creio que a equipe deve estar preparada e atualizada para dar conta de atender diferentes demandas” (Grad Psi8)

Dentre os graduandos do Curso de Psicologia que responderam sim para um atendimento diferenciado à pessoa LGBT, as justificativas se pautam na individualidade e singularidade de cada um, tornando necessária uma atenção específica, conforme descrevem os graduandos:

“Cada pessoa precisa de um atendimento, um olhar específico voltado para ele (a)” (Grad Psi1)

“Essas pessoas muitas vezes foram negligenciadas muitas vezes e sofreram muitos preconceitos e discriminações e devem ser atendidas de forma empática” (Grad Psi3)

“Acredito que a opressão existe dentro da sociedade como um todo, frente ao público LGBT torna o cuidado e a responsabilidade dos profissionais, especialmente da saúde e assist. social como agentes necessários para que essa quebre tabu” (Grad Psi5)

“Há diversas situações vividas por uma pessoa LGBT que influenciam em sua saúde biológica, psicológica e social” (Grad Psi7)

Quando os graduandos foram questionados como deveria ser a abordagem da equipe multidisciplinar à pessoa LGBT, dentre as respostas apresentadas as mais expressivas foram: que a abordagem da equipe multidisciplinar deveria ser igual para todos os pacientes, de forma humanizada, focada na integralidade da assistência à saúde, respeitando a individualidade de cada ser e deve ser permeada com troca de informações entre os profissionais da equipe multidisciplinar, bem com, com os pacientes (Quadro 2).

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE
 João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano, Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Quadro 2 - Caracterização da abordagem da equipe multidisciplinar à pessoa LGBT, Mogi das Cruzes, 2021.

Unidades de Registro	Graduandos dos Cursos da Saúde
Abordagem igual a todos os pacientes	Grad Enf2, Grad Enf3, Grad Enf4, Grad Enf5, Grad Enf6, Grad Nut3, Grad Nut4, Grad Nut5, Grad Nut6
Abordagem com respeito à individualidade	Grad Enf3, Grad Enf4, Grad Nut1, Grad Nut2, Grad Nut9, Grad Nut10, Grad Fis1, Grad Fis3, Grad Fis4, Grad Fis7
Abordagem humanizada	Grad Psi1, Grad Psi2, Grad Psi7, Grad Psi8, Grad Nut1, Grad Nut2, Grad Nut8, Grad Enf6, Grad Fis3
Abordagem com foco na integralidade da assistência	Grad Psi5, Grad Psi6, Grad Psi8, Grad Fis3, Grad Fis4, Grad Fis5, Grad Fis6,
Permeada por troca de informações sobre cuidados	Grad Enf7, Grad Psi3, Grad Psi8, Grad Nut1, Grad Fis1, Grad Fis2
Participação e interação de todos os profissionais	Grad Psi5, Grad Psi9, Grad Nut10, Grad Fis3
Profissionalismo	Grad Psi9, Grad Nut8

*Dados formulados com base na aplicação de instrumento de pesquisa.

Quando questionado aos graduandos quais seriam os principais profissionais que deveriam fazer parte da equipe multidisciplinar para atendimento da pessoa LGBT (tabela 2), os graduandos citaram 67 profissionais (soma da frequência absoluta dos profissionais citados), dentre os quais o psicólogo (em 19 citações) foi apontado como um dos principais profissionais da equipe multidisciplinar, seguido da ideia de que a equipe multidisciplinar deveria ser composta por todos os profissionais da saúde (13 citações), e o médico, o enfermeiro, o assistente social e o fisioterapeuta aparecem com 10, 9, 4 e 4 citações respectivamente.

Tabela 2 - Percepção dos graduandos quanto à composição da equipe multidisciplinar. Mogi das Cruzes, 2021.

Profissionais da Equipe Multidisciplinar	Frequência das respostas (n)
Psicólogo	19
Todos os Profissionais	13
Médico	10
Enfermeiro	9
Assistente social	4
Fisioterapeuta	4
Nutricionista	3
Educador físico	2
Depende da necessidade	2
Farmacêutico	1
Total	67

Fonte: Elaborado de acordo com os dados da pesquisa.

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE
João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Fatores que Impedem ou Dificultam o Atendimento Humanizado

Na análise dessa categoria temática, frente ao contexto e perspectiva do atendimento realizado pela equipe multidisciplinar à pessoa LGBT, foi questionado aos graduandos quais seriam os fatores que impedem ou dificultam o atendimento humanizado à pessoa LGBT, de acordo com a sua área de atuação e, os resultados apontaram que o preconceito, a falta de conhecimento e de informação, bem como a discriminação são as principais condições ou situações que dificultam a realização de um atendimento humanizado, conforme apresentado na transcrição dos discursos:

- “Acredito que o fator principal é o preconceito ainda enraizado nas pessoas” (Grad Enf1)*
- “Preconceito de profissionais” (Grad Enf3)*
- “Os fatores que impedem ou dificultam é o preconceito” (Grad Enf5)*
- “A falta de acolhimento e o preconceito com o grupo em questão faz com que os mesmos não se sintam a vontade ao procurar um serviço de atendimento à saúde” (Grad Fis2)*
- “Preconceitos e falta de comunicação, já que não é um assunto abordado na graduação” (Grad Fsi4)*
- “Levar questões pessoais e de julgamento próprio para atender o paciente, usando estes fatores como pré-requisito” (Grad Fis7)*
- “Preconceito e discriminação” (Grad Nut2)*
- “Acredito que seja o preconceito antes mesmo de conhecer o indivíduo” (Grad Nut3)*
- “Preconceito, ignorância, grosseria, negligência no atendimento” (Grad Nut5)*
- “Preconceitos, desinformação, reprodução de valores enraizados pela cultura” (Grad Psi2)*
- “Principalmente o conservadorismo de profissionais mais antigos” (Grad Psi3)*
- “Discriminação, a falta de capacitação desde a recepcionista até o médico e enfermeiro” (Grad Enf4)*
- “Em grande parte o preconceito e discriminação ainda presente na sociedade atual” (Grad Fis3)*
- “O preconceito e a falta de conhecimento” (Grad Enf6)*
- “Falta de conhecimento” (Grad Psi1)*
- “Não ter tanta orientação sobre a temática na graduação (praticamente nenhuma, a não ser informalmente)” (Grad Psi9)*
- “Falta de conhecimento as políticas públicas voltadas ao público LGBT, e em parte preconceitos de profissionais da área” (Grad Fis6)*

Ações e Estratégias de Saúde para Melhoria do Atendimento da Pessoa LGBT

Esta categoria temática traz a análise das ações e estratégias propostas pelos graduandos para a melhoria do atendimento da pessoa LGBT, principalmente diante dos fatores que dificultam a realização do atendimento humanizado, e as principais ações que os profissionais podem fazer, na percepção dos graduandos, são: tratar o indivíduo em sua integralidade, promover tratamento igualitário, promover a humanização no atendimento, trabalhar e fortalecer os princípios do respeito à individualidade, empatia e compreensão, conforme os discursos dos graduandos:

- “O profissional deve chamar o indivíduo de acordo como ele quiser evitando assim qualquer constrangimento em público, além disso deve olhar a pessoa LGBT como um ser humano e não com a crença que o profissional acredita” (Grad Enf1)*
- “Prezar pelo respeito, acolher a pessoa e facilitar o bem-estar. “Abranger todos os públicos no atendimento para promover a inclusão com respeito e acolhimento para todos” (Grad Nut1)*
- “Ações e atendimento igual a todos os pacientes” (Grad Enf6)*

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

“Sempre atender com igualdade, respeito, profissionalismo, sem pré-julgamentos e discriminação na hora do atendimento” (Grad Nut5)

“Os mesmos que em qualquer outra área, empatia, altruísmo e respeito” (Grad Nut7)

“Da atendimento humanizado” (Grad Nut8)

“Principalmente deixar de lado seus preconceitos e buscar compreender o outro e ser empático” (Grad Psi3)

“Atendimento humanizado, buscando acolher o sujeito para que se sinta seguro em compartilhar alguns assuntos que lhe ferem” (Grad Psi6)

“Atendimento humanizado ao público LGBT, além da busca pelo conhecimento sobre as questões que englobam a comunidade” (Grad Fis4)

“Ter um atendimento humanitário e respeitoso independente de suas crenças pessoais” (Grad Fis7)

Quando os graduandos foram questionados sobre quais seriam as estratégias que poderiam fortalecer o atendimento humanizado à pessoa LGBT, de acordo com suas percepções, descreveram como principais estratégias: o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem com adequação da grade curricular por meio da inclusão das políticas públicas de saúde à pessoa LGBT inserida em determinadas disciplinas, educação permanente aos profissionais da equipe multidisciplinar e promoção de eventos para divulgação de informações sobre a temática, como demonstrado nos discursos:

“Abordagem do assunto no período de formação acadêmica, preconizar o atendimento humanizado e holístico ao indivíduo” (Grad Enf6)

“Em uma equipe realizar palestras pois a falta de informação pode gerar dificuldade e estratégias voltadas à saúde” (Grad Psi1)

“Incluir temáticas voltadas para o público LGBT na graduação e outros cursos de pós graduação. Inclusão dentro da grade curricular de temas voltados à população LGBT especificamente” (Grad Psi7)

“Estudar mais, trazer a discussão à prática psicológica, considerar o atendido como um ser humano integral com seus traços característicos, história e dificuldades e não somente como o ‘paciente LGBT’. 1- O profissional de saúde precisa fazer terapia e resolver seus conflitos e preconceitos, 2- Considerar a integralidade dos sujeitos, 3- Não reproduzir comentários que o sujeito já ouve no meio social, 4- Ouvir e considerar o sofrimento que o indivíduo traz levando-se em conta o social inclusivo” (Grad Psi2)

“Primeiramente conhecer os direitos de liberdade, escolha, opinião, a partir disso, buscar a mudança na cultura pela educação e respeito. Praticar a escuta de forma mais abrangente, não sendo apenas de forma técnica, mas, colocando em prática a tomada de decisão pela escuta de cada caso” (Grad Enf2)

“Promoção de fóruns e discussão sobre o assunto dando voz a estas pessoas” (Grad Psi3)

“Sugiro que não só na minha área de formação como em todas as da área da saúde que devem prestar um atendimento humanizado, possam se informar mais sobre assuntos e políticas acerca da comunidade LGBT” (Grad Fis4)

“Maior acolhimento e desenvolvimento do atendimento humanizado, informação acerca da comunidade LGBT, equipe multiprofissional no atendimento. Estratégias para disseminar informação acerca da comunidade LGBT dentro da grade curricular dos cursos na área da saúde” (Grad Fis5)

“Acho que o assunto necessita de uma maior abordagem, para que o profissional enxergue além e possa realizar um atendimento igualitário” (Grad Nut10)

“Creio que trabalhar com a população, trabalhando os preconceitos que aparecem na sessão e os estagiários deixam passa batido. Ter uma matéria sobre a atuação do Psicólogo neste âmbito” (Grad Psi8)

“Promovendo grupos de atendimento para trabalhar temáticas em comum, palestras, debates em salas de aula, atendimento em ONGs, CRAS...” (Grad Psi9)



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Moraes, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

DISCUSSÃO

Os resultados relacionados ao gênero e idade são parecidos com o estudo relacionado com discentes da área da saúde realizado por Silva e Rodrigues (2014) e, corroborando com os autores, Assis et al. (2015) afirmam que os cursos da área da saúde possuem características histórico-sociais que são mais atraentes para estudantes do sexo feminino, assim como a feminização de cursos que antes era de maioria masculina. Em relação a faixa etária, onde a maioria dos graduandos se encontram na faixa etária de até 25 anos, Assis et al. (2015), afirmam também que a idade é um fator positivo, pois, por serem jovens, haverá mais perspectiva de trabalho e quanto ao estado civil, os autores descrevem que esse desfecho se dá pelo fato de que os graduandos possam estar mais interessados em suas carreiras acadêmicas do que firmar compromisso afetivo com outra pessoa.

No contexto da primeira categoria temática “Políticas Públicas de Saúde para Atendimento da Pessoa LGBT”, Caumo e Calazans (2018) descrevem que a Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 6º considera como direitos sociais, comuns a todos os cidadãos, a educação, a saúde, a segurança, a previdência social e outros, porém, apontam que no Brasil ocorrem muitas morte de pessoas LGBT, causadas por intolerância da sociedade e descrevem que em razão de tanta violência que fere os direitos humanos, no Brasil foram criadas ações para promoção dos direitos constitucionais a esta população.

Dentre as ações, os autores apontam o Programa “Brasil Sem Homofobia (BSH)” criado em 2004, como ação para o combate à violência e da discriminação, a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)", o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNDCDH-LGBT) criado em 2009 e o Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3), também criado em 2009. Todos estes programas geraram discussões e ações para a promoção dos direitos sociais à população LGBT, direitos que são comuns a todo cidadão brasileiro (CAUMO; CALAZANS, 2018).

Quanto ao direito à saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, promulgada em 2013, foi construída com foco na equidade, redução das desigualdades e para ampliar o acesso a ações e de serviços de qualidade frente ao atendimento de pessoas LGBT. Esta política de saúde está pautada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, na equidade, universalidade, integralidade da assistência e na participação ativa da comunidade (BRASIL, 2013).

De acordo com Brasil (2013) foram estabelecidas ações específicas para atendimento da pessoa LGBT, dentre elas pode-se destacar:

- A inclusão dos quesitos de identidade de gênero e de orientação sexual nos formulários, prontuários e sistemas de informação em saúde;

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

- A garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e o respeito ao direito à intimidade e à individualidade;
- O estabelecimento de normas e protocolos de atendimento específicos para as lésbicas e travestis;
- A manutenção e o fortalecimento de ações da prevenção das DST/aids, com especial foco nas populações LGBT;
- O aprimoramento do Processo Transsexualizador;
- A implementação do protocolo de atenção contra a violência, considerando a identidade de gênero e a orientação sexual (BRASIL, 2013, p. 12).

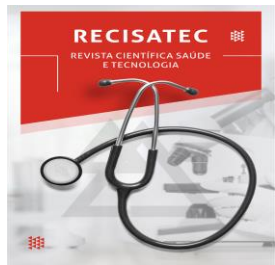
De acordo com o exposto, percebe-se que os graduandos dos cursos da área da saúde, participantes deste estudo, pouco conhecem as políticas públicas e/ou programas de saúde voltados para o atendimento da população LGBT. Este fato parece ser justificado pelas falas dos participantes quanto à ausência da discussão dessa temática nas disciplinas das grades curriculares dos respectivos cursos. Permeando na análise das grades curriculares, com exceção das disciplinas específicas de cada curso, as disciplinas de Saúde Coletiva, Ciências Sociais, Psicologia em Saúde, Promoção da Saúde e Educação em Saúde, são disciplinas inseridas nas grades curriculares dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Psicologia e de fato, as políticas públicas não estão explícitas nos conteúdos programáticos em nenhuma destas disciplinas.

Chama a atenção a disciplina de Psicologia Social que se encontra na grade do 4º semestre do Curso de Psicologia, onde aparece no conteúdo programático a abordagem dos temas como: identidade, gênero, preconceito, discriminação, inclusão e exclusão social, dentre outros. Porém, no grupo de graduandos de psicologia, somente 01 aluno respondeu conhecer as políticas de saúde para atendimento da pessoa LGBT.

Este fato é preocupante, pois, entende-se que o conhecimento desta temática deve ser iniciado no processo de ensino-aprendizagem e a partir da abordagem realizada na academia, os graduandos fortalecerão seu conhecimento por meio das práticas e vivência profissional.

Na segunda categoria temática “Perfil epidemiológico do atendimento da pessoa LGBT na Rede de Atenção à Saúde (RAS), Brasil (2013, p. 16) descreve que as necessidades de atendimento a esta população se iniciam no acesso aos serviços de saúde e ao não atendimento digno e igualitário em razão de sua orientação sexual, principalmente para lésbicas e mulheres bissexuais, impedindo a realização de exames essenciais para a prevenção de doenças e promoção da saúde da mulher. Outra necessidade de atendimento se pauta na prevenção, controle e tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) que afeta principalmente os grupos dos travestis e transexuais, sendo também vulneráveis ao “uso de drogas, silicone industrial, hormônios e outros medicamentos”.

Os autores salientam ainda a presença dos transtornos mentais como depressão, ansiedade e sensações de pânico, resultantes pela falta de respeito à sua individualidade, escolha e direitos sociais, bem como, a sua invisibilidade diante da sociedade e a intolerância causada por preconceitos, discriminação e violência (BRASIL, 2013).



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE
João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

Desta forma, Brasil (2013) propõe que as necessidades de atendimento à pessoa LGBT sejam pautadas em protocolos de atendimentos específicos para esta população, com profissionais capacitados a partir da sensibilização destes no âmbito do respeito dos direitos da pessoa LGBT mediante o que preconiza as políticas públicas, principalmente no SUS. Entende-se então que, os resultados apontados pelos graduandos dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia vão ao encontro das ações descritas por Brasil (2013).

No entendimento da terceira categoria temática “Atuação da Equipe Multidisciplinar no Atendimento” de pessoas LGBT, Brasil (2013) descreve que a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi elaborada sob a luz das Políticas Públicas de Saúde do SUS, permeando pelos seus princípios de equidade, universalidade e integralidade da assistência.

Desta forma, os resultados dos graduandos estão alinhados com Brasil (2013), embora não tenham justificado suas respostas de maneira mais clara, mas, entende-se que diante do princípio de equidade a assistência à saúde da pessoa LGBT deve atender as suas necessidades, levando em consideração a singularidade deste indivíduo, atendo-o de forma diferenciada pela situação/condição de saúde apresentada, que por sua vez, pode não ser a mesma apresentada por uma pessoa heterossexual.

Já no contexto da integralidade da assistência, embora possa apresentar necessidades diferenciadas entre a população heterossexual, entende-se que a assistência é igualitária a todos, pois, integralidade da assistência consiste em permear o tratamento em todas as esferas de atendimento da RAS para resolutividade do problema de saúde-doença e no campo da universalidade podemos entender que o direito à saúde é comum a todos independente de raça, gênero, condições sociais, tal qual como descrito na Constituição Federativa do Brasil (1988).

Entende-se que, no âmbito dos princípios do SUS, os graduandos também apontaram que a equipe multidisciplinar deve ser formada por todos os profissionais da saúde, sendo que, de acordo com a necessidade de cada indivíduo, a formação do corpo da equipe multidisciplinar será diferenciada para atendimento das necessidades de cada um.

Na abordagem da quarta categoria temática “Fatores que Impedem ou Dificultam o Atendimento Humanizado”, Brasil (2013) aponta que a população LGBT sofre iniquidades e desigualdades no acesso aos serviços de saúde, bem como sofrem com as questões sociais e com a doença propriamente dita, tendo também como outros fatores o preconceito, a discriminação e a negação dos direitos sociais.

Brasil (2013), descreve várias ações que contextualizam a necessidade de capacitar profissionais da equipe de saúde frente as ações descritas na política de saúde voltada para a pessoa LGBT, entende-se então que os resultados apresentados pelos graduandos estão alinhados com o descrito por Brasil (2013), principalmente quando apontam o preconceito, a falta de conhecimento e o respeito à individualidade como principais fatores que interferem no atendimento humanizado à pessoa LGBT.

E por fim, na abordagem da quinta categoria temática “Ações e Estratégias de Saúde para Melhoria do Atendimento da Pessoa LGBT”, entende-se que os graduandos dos cursos da saúde,



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Moraes, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

participantes deste estudo, apontaram inúmeras ações e estratégias que estão contempladas na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, apresentada por Brasil (2013).

Dentre as ações apresentadas por Brasil (2013) em concordância com o apresentado pelos graduandos, destacam-se a qualificação do atendimento, a eliminação do preconceito e da discriminação da pessoa LGBT, a garantia do uso do nome social, a promoção do respeito à pessoa LGBT, a inclusão de práticas educativas nas rotinas dos serviços de saúde e a inclusão da temática em processos de educação permanente.

Entende-se então, que a capacitação dos profissionais de saúde é uma das estratégias importantes para a melhoria do atendimento à pessoa LGBT. A capacitação técnica-científica deve iniciar no processo de ensino-aprendizagem, onde no período acadêmico os graduandos terão a oportunidade de conhecer as políticas públicas de saúde, discutir as sensibilidades da assistência à saúde e, nas práticas em campos de estágio aplicar o conhecimento adquirido e desenvolver competências e habilidades para a realização do atendimento pautado nos princípios da humanização da assistência em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu descrever as ações e estratégias de saúde por meio do olhar da equipe multidisciplinar, destacando que a pessoa LGBT tem direito à uma assistência à saúde individualizada com foco em suas necessidades, porém, igualitária, sem discriminação ou preconceito.

Foi perceptível que a maioria dos graduandos dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia não tiveram a abordagem da temática nas disciplinas por eles cursadas até o momento da coleta de dados, no entanto, na percepção destes graduandos, as ações e estratégias descritas por eles caminham no mesmo sentido com as apresentadas pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, descrita em 2013.

Este estudo apresenta como viés, a não participação de outros graduandos de cursos da área da saúde como os da Medicina, Farmácia e Educação Física, pois, a coleta de dados junto aos graduandos destes cursos foi impactada em razão do isolamento social, dificultando o contato com eles.

Sugere que outros estudos, nessa mesma linha de pensamento, sejam realizados para maior representatividade dos resultados para que possam contribuir para a sugestão de construções de grades curriculares que incluam a temática em disciplinas específicas e com contexto de interdisciplinaridade para melhor desenvolvimento das competências e habilidades dos profissionais da saúde que irão atuar no atendimento de pessoas LGBT.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE
João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano, Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

REFERÊNCIAS

ASSIS, Patrycya Yhanny de Souza et al. Características sociodemográficas e acadêmicas dos discentes da área da saúde. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 1, p. 154-164, 2015.

BITTENCOURT, Danielle; FONSECA, Vanessa; SEGUNDO, Márcio. Acesso da população LGBT moradora de favelas aos serviços públicos de saúde: entraves, silêncios e perspectivas. **Conexões PSI**, v. 2, n. 2, p. 60-85, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de informação legislativa**, v. 34, n. 133, p. 89-98, 1997.

CAUMO, Bruna Lucas; CALAZANS, Márcia Esteves. Políticas Públicas para a População LGBTI no Brasil. *In.: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, III Seminário Internacional, Corpo, Gênero e Sexualidade, III Luso-Brasileiro Educação, Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, Residências e ocupações nos Espaços de Educação*. Universidade Federal do Rio Grande – UFRG, 19-21 set. 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/232.pdf>.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

MARTINS, Dilermando Aparecido Borges; PREUSS, Lislei Teresinha. Os avanços e desafios de políticas públicas na área da saúde para a comunidade LGBT. *In.: II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social*, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

PARENTE, Jeanderson Soares et al. Álcool, drogas e violência: implicações para a saúde de minorias sexuais. **Reprodução & Climatério**, v. 30, n. 3, p. 108-114, 2015.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

PRADO, Elizabeth Alves de Jesus; SOUSA, Maria Fátima de. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus-Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 69-80, mar. 2017.

SILVA, Ana Luísa et al. A Bioética Cotidiana como instrumento de reflexão sobre a atenção à saúde da população LGBT. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 13, p. 1-10, 2017.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT: UM OLHAR NAS AÇÕES DE SAÚDE
POR MEIO DA MULTIDISCIPLINARIDADE**

João Paulo Alves Macedo, Cintia Santos Moreira Morais, Luana Lima Galeano,
Gisele Santana Santos, Maria Aparecida Xavier Moreira da Silva

SILVA, Luciana Amaral de Faria; RODRIGUES, Andrea Macedo de Souza. Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde. **Revista Brasileira de Farmácia**, Bahia, v. 95, n. 3, p. 961-975, 2014.

SILVA, Tirza Almeida et al. Movimento LGBT, políticas públicas e saúde. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 21, n. 1, p. 191-208, jan./jun. 2018.

SOUZA, Alcimar da Silva. Os desafios na garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). *In.*: **IV Seminário Elencando Sexualidades**, 2015.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 02 dez. 2021.